

Investigação atinge magistrados de megarrecuperações judiciais

Judiciário

Órgãos investigam magistrados das maiores recuperações judiciais do País

Operações suspeitas de juizes que conduzem processos cujas cifras somam R\$ 90 bi são alvo do MP e do CNJ; entre eles, estão os responsáveis pelos casos da Oi e da Americanas

LUIZ VASSALLO

A relação de juizes responsáveis por conduzir insolvências bilionárias com advogados e administradores entrou na mira de investigações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público. O Estadão teve acesso a seis apurações sobre magistrados de Varas de Patência e Recuperação Judicial. Pelas mãos deles passam atualmente processos cujas cifras ultrapassam R\$ 90 bilhões.

Em ao menos três dos casos, relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontaram operações suspeitas. Juizes foram punidos em dois desses processos. Um dos casos recebeu parecer favorável à abertura de investigação no CNJ. Magistrados e administradores afirmaram que agiram dentro da legalidade (mais informações na pág. A8).

Nos processos de recuperação judicial e de falência, magistrados nomeiam administradores judiciais, síndicos e mediadores – agentes de confiança destacados para garantir o pagamento das dívidas e a retomada da saúde financeira das empresas. Estes agentes ganham honorários com base no valor das causas, fixados pelos juizes. É a partir da relação entre magistrado e agente privado que têm sido suscitadas uma série de apurações criminais e disciplinares.

cantina italiana, chamada D'Amici, fica no bairro do Leme há mais de 20 anos. Advogados e juizes frequentam o local. Parte deles apelidou o restaurante de "8.ª Vara Empresarial", em uma brincadeira com o fato de haver somente sete varas do ramo na Justiça da capital.

TRANSAÇÕES. De acordo com o relatório do Coaf, o administrador judicial movimentou R\$ 12 milhões entre 2018 e 2019, o que, segundo o MP, está acima de seus rendimentos declarados. "Os créditos nas contas de Marcelo Macedo somaram R\$ 6,382,483 e consistiram basicamente em depósitos em espécie e resgates de aplicações", afirma o MP.

Entre as transações consideradas relevantes para a investigação estão cinco pagamentos de R\$ 48 mil ao bar que uniu como sócios a mulher de Macedo e o filho do juiz. Segundo o MP-RJ, o escritório de Macedo movimentou R\$ 34 milhões, valor acima dos rendimentos declarados da banca.

O relator do processo, desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres, arquivou o caso de ofício, sem ouvir o MP. Ele recuou da decisão em julgamento do Tribunal de Justiça do Rio que decidiu restabelecer a investigação. No recurso apresentado ao desembargador, a Procuradoria-Geral apontou como "inexplicável" a "relação empresarial ligando membros da família do magistrado e familiares do administrador judicial em atuação perante a Vara Empresarial em que o noticiado (Estefan) é titular".

O juiz é responsável por analisar a recuperação judicial da Americanas, que acumula dívidas de R\$ 40 bilhões. Ele nomeou como administrador judicial o ex-deputado Sérgio Zveiter, irmão do desembargador Luiz Zveiter, que integra o Órgão Especial, colegiado que julga pedidos em inquéritos sobre juizes no Rio. A nomeação não é objeto de investigação.

Responsável pela recuperação da Oi, de R\$ 43,7 bilhões, o juiz da 7.ª Vara Empresarial do Rio, Fernando Viana, também está na mira do MP-RJ. O órgão diz que ele é dono de empresas cujos endereços registrados na Junta Comercial são idênticos aos da sede de firmas de Marco

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Includes a table with columns DATA and VALOR, and several paragraphs of text detailing financial investigations and legal proceedings.

colhido pela juíza em seus processos é filho da contadora do escritório de seu pai, que é ex-desembargador.

Todas as investigações são na esfera penal e conduzidas pela Procuradoria-Geral de Justiça perante o Órgão Especial do TJ-RJ. Na esfera administrativa, apurações sobre Maria da Penha, Viana e Estefan na Corregedoria do TJ foram anuladas pelo CNJ em julgamento sigiloso. O relator, Luiz Fernando Bandeira de Mello, disse que houve "pesca probatória" e "busca ampla e genérica sem causa provável e objeto definido".

SÍNDICOS. Ex-presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Klever Loureiro é investigado pelo CNJ em razão de irregularidades nas nomeações na falência da Laginha Agroindustrial, usina de cana-de-açúcar do falecido ex-deputado João Lyra. Em 2010, Lyra declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R\$ 240 milhões, sendo o parlamentar mais rico do Congresso. A empresa tinha R\$ 3 bilhões em dívidas quando faliu.

Loureiro é investigado por suspeita de agir para nomear um administrador judicial que admitiu à Corregedoria Nacional de Justiça não ter experiência na área, supostamente usurpando a competência do juiz da causa. Corregedoria da Corregedoria apontou indícios de "quebra de dever de imparcialidade" do desembargador. O caso está em sigilo e não foi pautado para julgamento, disse o CNJ.

Em São Paulo, o juiz Marcos Bernicchi foi afastado em julho de 2021 pela Corregedoria do TJ-SP sob suspeita de trocar síndicos de falências sem motivo. Todos foram substituídos por um mesmo grupo. No fim de 2022, a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça, o Órgão Especial da Corte abriu investigação criminal para apurar se o magistrado agiu para beneficiar estes agentes.

Primeiro juiz da recuperação da Itapemirim, cujas dívidas ultrapassavam R\$ 2 bilhões, Paulino José Loureiro foi aposentado compulsoriamente em 2020 pelo TJ do Espírito Santo por suspeita de ligação de seu filho com o administrador escolhido pelo magistrado para conduzir recuperações em curso em sua vara. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7